

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8128 | Salvador, quarta-feira, 31.03.2021

Presidente Augusto Vasconcelos

Teletrabalho no Itaú pode ser permanente

Página 2

Economia nacional sofre impacto da crise

Página 4



CAIXA

Contratações na Justiça

A luta por mais empregados na Caixa é fundamental para o bom serviço à sociedade e a garantia de condições dignas de trabalho. Mas, decisão do TCU coloca em risco a ampliação do quadro de pessoal. O movimento

sindical aguarda com expectativa julgamento da Ação Civil Pública do concurso de 2014. O Tribunal de Contas da União tem considerado ilegais as admissões ocorridas por ações coletivas no MPT. Página 3

MANOEL PORTO



O Sindicato luta, inclusive na Justiça, por mais contratações para reduzir a sobrecarga de trabalho e suprir a demanda intensa nas agências da Caixa

Teletrabalho no Itaú pode continuar

Cerca de 50 mil bancários estão na modalidade hoje

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

A DEPENDER do controle da pandemia de Covid-19 no Brasil, o Itaú deve implantar o teletrabalho pós crise sanitária. O banco estuda estabelecer que cerca de um terço do quadro de funcionários alterne entre trabalhar em casa e ir para o escritório. O modelo híbrido seria destinado para cerca de 35 mil dos 96,5 mil empregados.

Hoje, em torno de 50 mil funcionários do Itaú estão trabalhando em casa. A maioria das áreas administrativas e operacionais da empresa trabalhará em um

Suspensão de trabalho não é antecipar férias

PELO Projeto de Lei 755/20, em análise na Câmara Federal, períodos de suspensão da atividade laboral em decorrência de emergência sanitária não poderão ser considerados como antecipação do gozo de férias. Ou seja, a empresa que fizer o desconto ilegal do período de dias de descanso está sujeita a pena de multa durante a pandemia.

O texto estabelece que as relações de trabalho têm de ser regidas em situação especial até 30 dias após o fim da crise sanitária decretada pelo poder público para conter a propagação do novo coronavírus. A intenção é assegurar ao trabalhador o mínimo de proteção neste momento.

De acordo o PL, todo empregado tem estabilidade no período de suspensão do trabalho decorrente de emergência sanitária até 60 dias após o retorno das atividades laborais. Fica impedida qualquer demissão.



modelo remoto, principalmente de casa, caso os planos sejam concretizados.

Segundo a direção do banco, cada departamento terá flexibilidade para definir como funcionaria a divisão entre trabalho remoto e presencial. Escritórios seriam

mantidos para algumas atividades consideradas importantes para preservar a cultura e relacionamentos do Itaú. As mudanças atendem apenas interesses da empresa, mas qualquer definição deve ser negociada com o movimento sindical.



Projeto proíbe suspensão de trabalho na pandemia

A proposta ainda determina que toda atividade capaz de ser realizada na forma de teletrabalho deve ser convertida à modalidade, sem a necessidade de que esteja no contrato de trabalho, durante a emergência sanitária. O empregador não pode obrigar o trabalhador a comparecer, podendo cometer o crime de infração de medida sanitária preventiva, previsto no Código Penal.

Entidades cobram dados da Cassi

SEM definição sobre a retomada dos índices de coparticipação praticados em 2018, uma nova reunião será marcada entre a Cassi e as entidades representativas dos funcionários do Banco do Brasil. Como as questões não são simples e ainda há resistência por parte dos diretores da Caixa de Assistência, o debate vai continuar.

Os representantes dos trabalhadores cobram que a Cassi informe a situação e querem discutir a redução dos valores de coparticipação e a ampliação da Limaca (Lista de Materiais e Medicamentos Abonáveis da Cassi).

No encontro de segunda-feira, a direção da Caixa de Assistência não apresentou respostas, principalmente sobre os cadastrados na Estratégia de Saúde da Família, como está sendo feita a ampliação. Além disso, a Cassi não informou sobre quanto tem arrecadado a título de coparticipação.

Bolsonaro acelera a privatização da Caixa

O GOVERNO federal e a direção da Caixa seguem trilhando passos para privatizar a estatal. A SEST (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) aprovou a criação de uma subsidiária, o chamado banco digital, que está na mira de Bolsonaro e da equipe econômica.

Com isso, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, indica que a abertura de capital do novo banco pode acontecer entre o fim deste ano e o início de 2022. A operação coloca em risco a sustentabilidade e a integridade da instituição financeira, tão fundamental para o desenvolvimento do país.

Os únicos interesses do governo Bolsonaro são tirar da Caixa o imenso avanço digital e ameaçar toda função pública e social do banco para transferir a outro, que será privatizado no futuro. Os serviços de microfinanças, crédito rural e todas as operações de benefícios sociais, como Bolsa Família e financiamento habitacional, gerenciados pela estatal, serão transferidos para a nova subsidiária.



Funcef: prova de vida só até hoje

OS APOSENTADOS que fazem aniversário em março devem atentar para a prova de vida na Funcef. O prazo termina hoje. A data também vale para os pensionistas, cujos titulares do plano tenham nascido este mês.

É válido dizer que a prova de vida é obrigatória inclusive para os que recebem pelo convênio INSS/Caixa/Funcef. O procedimento é feito através de biometria facial e deve ser realizado no aplicativo da Funcef.

A Justiça pode salvar o concurso de 2014

CEE cobra posição do banco sobre recente decisão do TCU

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 10ª Região (DF/TO) vai avaliar, no dia 7 de abril, o julgamento da Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho que trata da contratação dos concursados da Caixa de 2014. O processo é de autoria do MPT (Ministério Público do Trabalho), juntamente com o movimento sindical.

O TCU (Tribunal de Contas da União) julgou, recentemente, ilegais as ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho que garantiram as admissões dos

trabalhadores da empresa. Diante do fato, a CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados) reivindicou por ofício, na última quarta-feira, que o banco se pronuncie sobre a decisão do TCU.

No documento é relatado que os empregados estão amparados por sentenças da Justiça do Trabalho. O desligamento só poderia ser cogitado caso essas sentenças venham a ser modificadas por decisão judicial.

A CEE/Caixa, juntamente com todas entidades que defendem os trabalhadores do banco, esperam por um julgamento justo. Todos os empregados estão apreensivos com a pandemia e a situação fica ainda mais difícil porque alguns estão recebendo ofício do TCU e por isso a manutenção da decisão na 1ª instância garante a dignidade dos empregados.

PL amplia defesa dos públicos

O PROJETO que cria a Frente Mista Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Salvador. As estatais são responsáveis pela recuperação econômica pós crise do país, através da sustentação das políticas públicas e pelo crédito à população. Agora, a iniciativa, do vereador Augusto Vasconcelos, será apreciada pelo plenário.

O objetivo do projeto é fortalecer as instituições financeiras de caráter estratégico para o desenvolvimento do país e que têm repercussão em Salvador e em toda Bahia, como o BB, a Caixa e o BNB. O governo federal vem implementando o desmonte dos bancos públicos e isso merece reação da sociedade.

Por isso, a articulação nos espaços legislativos é fundamental. “Vamos batalhar para que o projeto seja aprovado e tenhamos mais essa trincheira de resistência em defesa dos interesses do povo baiano e brasileiro”, finalizou

Augusto Vasconcelos, que também é presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia.



Economia afetada

Danos são graves e recuperação deve ser bastante lenta

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

COM a triste escalada de casos e mortes por Covid-19, a recuperação econômica no Brasil será enfraquecida no primeiro semestre do ano. Segundo as projeções do Banco Mundial, a economia crescerá 3%, ainda carregando os efeitos do ano passado.

Os dados são do Relatório Semestral para a América Latina e Caribe, que estima que a indústria vai liderar a recuperação econômica no Brasil. O Banco Mundial também avalia que o desempenho do setor de serviços dependerá da imunização da população, ainda em ritmo lento, já que o governo federal atrapalha a aquisição de doses capazes de

salvar milhares de vidas.

As estimativas revelam que o Brasil ficará atrás de outros pares latino-americanos, como México (4,5%), Chile (5,5%) e Colômbia (5%) em 2021. E com a reedição do programa do auxílio emergencial aos mais vulneráveis, a pesquisa do Banco Mundial aponta que, apesar das projeções indicarem adição do equivalente a 0,6% do PIB (Produto Interno Bruto), a medida será insuficiente para manter o consumo das famílias, aumentando a pobreza no país.

Brasil é excluído de pacto contra futuras pandemias

O GOVERNO Bolsonaro está fora de um pacto internacional para lidar com futuras pandemias. Mais de 25 líderes de algumas das maiores economias do mundo se juntam para uma cooperação para garantir o acesso às vacinas e tratamentos para toda a população, além da troca automática de informação.

Vale lembrar que Bolsonaro

promove discurso negacionista sobre a atual pandemia do coronavírus e só adotou o mecanismo de vacinas depois de muita pressão, mas ainda assim de forma extremamente lenta.

Além disso, o Brasil se ausentou de reuniões ministeriais e atacou os projetos que conferem maiores poderes para a OMS (Organização Mundial da Saúde).



SAQUE

Rogaciano Medeiros

NADA BOM Quais sejam os interesses por trás das mudanças ministeriais, em especial no Ministério da Defesa e no comando das três armas – Exército, Marinha e Aeronáutica – como anunciado, com certeza nada de bom se pode esperar. Pelo menos para a democracia e para o povo. Com Bolsonaro sempre é possível piorar. Ele faz muito mal ao Brasil e aos brasileiros.

OLHO VIVO Muita gente tenta minorar, mas a situação brasileira é vexatória na pandemia e muito preocupante no plano institucional. A argumentação de que o Brasil não é Mianmar parece lógica, só que o neofascismo negacionista se move pela insanidade e estupidez, enquanto o histórico da caserna não inspira a menor confiança. Todo cuidado é pouco.

BIA FAKE Reflexo da anarquia em que se transformou o Brasil após o golpe de 2016 e a ascensão do neofascismo ao poder. A carta dos governadores contra as *fake news*, que tanto agravam a pandemia, é divulgada justamente quando a presidente da CCJ da Câmara, Bia Kicis (PSL-DF), espalha notícia falsa para incitar motim na PM da Bahia. E fica por isso mesmo. Preocupante.

DÁ MEDO O comentário que mais se ouve em Salvador sobre o episódio de domingo, quando um policial militar foi “neutralizado”, quer dizer, morto pelo Bope, é o seguinte: “Se a PM faz isso com um colega, imagine com um cidadão comum, um homem do povo!” Assusta, sim. O caso do miliciano Adriano da Nobrega até hoje não foi bem explicado. Saiu do controle?

É OBRIGAÇÃO Em uma conjuntura política explosiva, inclusive com acusações de que o projeto neofascista de Bolsonaro teria pleno apoio das PMs, o caso do policial Weslei Soares jamais poderia ter o desfecho que teve, pior ainda em um Estado governado pela oposição. Especialistas afirmam que o final poderia ter sido outro. O governo tem o dever de apurar responsabilidades.